

NEWS

TELECOMUNICANDO®

Newsletter de Telecoms&Media

Índice

White Space	1
As TIC e a Eficiência Energética	2
Banda larga: 100% em 2013	2
Revolução digital no cinema	3
Protecção de copyright em Espanha	3
Breves	4

Chama-se *white space* e é uma nova tecnologia que pode ligar sem fios vários aparelhos e oferecer acesso de banda larga em zonas rurais. Esta tecnologia funciona através da procura de ondas rádio desocupadas entre canais de televisão (denominadas “espaços brancos”), para transmitir e receber sinais *wireless*.

Os aparelhos *white space* são desenhados para usar frequências mais baixas do que outras tecnologias sem fios – como o Bluetooth e o WiFi – as quais são tradicionalmente reservadas para televisão. Nestas frequências, os sinais são transmitidos mais facilmente através de paredes e outros obstáculos, o que constitui uma das maiores vantagens da tecnologia *white space*.

Embora esta tecnologia esteja a pelo menos três anos do seu desenvolvimento comercial, a indústria acredita que ela poderá representar uma nova onda de inovação tecnológica no âmbito das comunicações sem fios. Entre as várias aplicações possíveis encontram-se a melhoria do acesso a banda larga em zonas remotas, câmaras digitais que transmitem as fotografias captadas directamente para o computador e mecanismos de controlo remoto à distância de diversos equipamentos domésticos como aquecimentos centrais, fornos eléctricos, etc.

O problema porém é que ainda não é claro em que medida poderão os aparelhos *white space* funcionar sem causar interferências indesejáveis, tanto com os canais de televisão como com outros aparelhos sem fios que operam nas mesmas frequências, como por exemplo microfones *wireless*. Uma solução que parece promissora é a de os aparelhos *white space* consultarem permanentemente uma base de dados de geolocalização que contenha informação actualizada sobre quais as frequências que se encontram livres, a cada momento, na localização em causa.

WHITE SPACE

Inovação tecnológica nas comunicações sem fios

Tanto a FCC, em 2008, como a Ofcom já no final de 2009, lançaram consultas públicas no sentido de questionar a indústria e os demais interessados sobre os principais problemas desta nova tecnologia e, sobretudo, sobre as formas de os resolver. Aliás, a FCC aprovou já o uso das frequências *white space* para desenvolvimentos de banda larga fixa, mas recusou a aprovação do seu uso por aparelhos móveis ou “ubíquos”. Enquanto que os *broadcasters* defendem a reserva daquelas frequências para televisão, salientando os perigos das interferências causadas por outros aparelhos, o sector das TIC pressiona no sentido da aprovação do uso das frequências *white space* para todo o tipo de aplicações móveis e fixas (laptops, set-top-boxes, PDAs, MP3, impressoras, câmaras digitais, etc). A *Wireless Innovation Alliance*, da qual fazem parte *players* como a Microsoft, a Google, a HP e a Dell, tem sido uma das entidades mais activas no sentido do desenvolvimento da nova tecnologia.

Margarida Couto,
Fernando Resina
da Silva, Magda
Cocco, Catarina
Mascarenhas,
Sofia Mello e
Faro, Inês Antas
Barros, Leonor
Vale de Castro,
Tiago Bessa e
Helena Mendonça,
membros da ÁREA
TELECOMUNICAÇÕES da
Vieira de Almeida & Associados.



AS TIC E A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Comissão salienta o papel de liderança do sector das TIC

Índice

Prosseguindo o seu objectivo de implementar um plano de eficiência energética transversal a toda a economia, a Comissão aprovou uma nova Recomendação onde salienta que o sector das Tecnologias da Informação e das Comunicações (TIC) pode e deve liderar a transição para uma economia energeticamente eficiente e com baixas emissões de carbono.

Esta recomendação surge no seguimento do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Comissão no que respeita à redução do consumo de energia primária e das emissões de gases com efeito de estufa. Já em Maio de 2008 a Comissão tinha revelado que iria atribuir um papel central às TIC para alcançar estes objectivos e, em Março de 2009, tinha aprovado uma Comunicação na qual analisava a importância das TIC para facilitar a transição para uma economia energeticamente eficiente. Após um inquérito público em Setembro, a Comissão decidiu condensar a sua visão estratégica nesta matéria num documento e recomendar linhas de actuação aos principais *stakeholders* do mercado.

Entre outros aspectos, a Comissão exorta o sector das TIC a: (i) definir até 2010 métodos comuns para medir o desempenho energético e ambiental e (ii) concretizar, até 2011, as medidas práticas que permitam aumentar em 20% a sua eficiência energética em 2015. Além disto, a Comissão incentiva o sector das TIC a trabalhar em estreita colaboração com as empresas dos transportes, construção e logística de forma a melhorar o desempenho energético e ambiental nestes sectores.

A Recomendação da Comissão também encoraja os Estados-Membros a adoptarem medidas de eficiência energética, com o envolvimento do sector TIC. Entre estas contam-se: (i) a implantação, até ao final de 2012, de uma rede de contadores inteligentes que disponibilizem informações precisas sobre consumo de energia e meios de poupança aos respectivos utilizadores, (ii) a adopção de práticas de contratação pública que tirem partido do peso da procura do sector público para promover a desmaterialização dos bens e serviços TIC e (iii) a implementação de

As TIC, que começaram por ser parte do problema, serão agora fundamentais para a solução, melhorando a eficiência energética de diversos sectores, num processo que criará múltiplas oportunidades de negócio para as empresas do sector das TIC

um plano de promoção de serviços públicos *online*, o que deverá passar por um esforço de investimento em infra-estruturas de banda larga. A Comissão reconhece ainda que o potencial de eficiência energética pode ser alcançado de forma mais fácil através do recurso às parcerias público-privadas, citando como exemplo as iniciativas por si lançadas no domínio dos edifícios energeticamente eficientes e dos veículos verdes. A Comissão espera agora conseguir antecipar para 2015 o cumprimento das metas em matéria de eficiência energética que tinha proposto para 2020.

BANDA LARGA: 100% EM 2013

O novo (e ambicioso) objectivo da “agenda digital” da União Europeia

Índice

Foi o último Conselho Europeu sob a presidência sueca, o último Conselho de Telecomunicações de 2009 e o último Conselho em que participou Viviane Reding enquanto Comissária da Sociedade de Informação. Mas a reunião do dia 18 de Dezembro foi importante, pois constituiu uma rampa de lançamento do futuro do sector, com a definição da “agenda digital” da União Europeia, para o período pós 2010. O dossier será agora entregue ao “peso pesado” Nelsie Kroes, a nova Comissária da Sociedade de Informação, e a palavra de ordem é “estender a cobertura de banda larga na Europa”.

O objectivo é ambicioso: no Conselho do dia 18 de Dezembro, os Ministros com a pasta das

comunicações electrónicas dos 27 países da UE, estabeleceram que, em 2013, a taxa de cobertura de banda larga (fixa) da União deverá ser de 100%.

A tarefa não parece ser fácil, já que, no final de 2009, aquela taxa de cobertura situava-se em torno dos 56% e, em 2008 pouco acima dos 49%. Além disso, as divergências entre os vários Estados da União são profundas – enquanto na Bulgária a taxa de cobertura de banda larga é de 26%, na Suécia atinge os 80%.

Ainda assim, as perspectivas de crescimento da banda larga são animadoras já que, só no último ano, foram activadas cerca de 11 milhões de novas ligações, conduzindo a uma taxa de

No último Conselho Europeu das Telecomunicações de 2009 foi estabelecido o objectivo de a União Europeia, até 2013, fazer subir a taxa de penetração de banda larga dos actuais 56% para 100%

penetração média de 24% (para uma taxa de cobertura de 56%). Por outro lado, a banda larga móvel está a ganhar força na Europa, tendo crescido 54% desde Janeiro de 2009 e atingindo no final do ano uma taxa de penetração de 4,2%. Também positivo, é o facto de as ligações de banda larga serem cada vez mais rápidas, com débitos geralmente não inferiores a 2 Mbps.



REVOLUÇÃO DIGITAL NO CINEMA

Como promover o cinema digital na Europa?

Índice

Ir ao cinema poderá em breve nunca mais ser o mesmo – hoje pode já escolher-se, em algumas salas portuguesas, entre ver um filme em formato digital ou no formato tradicional de 35 mm. Isto para não falar já do 3D, cujo marco cinematográfico é o recente filme *Avatar*, de James Cameron, apontado como o primeiro de uma nova era de filmes. São os primeiros passos da “revolução” digital no cinema.

Mas a transição com sucesso para o cinema digital exige um extenso trabalho técnico, jurídico e de análise de mercado. Como poderão as tecnologias digitais ser utilizadas para promover o cinema europeu? Esta é a grande questão para a qual a Comissão Europeia procura resposta na consulta pública sobre as oportunidades e desafios da tecnologia digital no cinema, a qual encerrou no passado dia 16 de Dezembro, com uma extensa participação da indústria cinematográfica europeia.

Embora as tecnologias digitais desempenhem já um papel incontornável na realização e produção de filmes, o sucesso da “revolução digital” no cinema depende também de os filmes

serem distribuídos e visionados em formato digital. Na verdade, a utilização das tecnologias digitais torna a distribuição dos filmes a mesma mais barata, desde logo porque os suportes digitais podem ser utilizados para todos os formatos (como sejam cinema, VOD, DVD e TV digital), facilitando assim drasticamente o acesso e o visionamento dos filmes europeus por um público mundial. Por outro lado, os cinemas digitais oferecem mais diversidade e flexibilidade, podendo a sua programação ser ajustada aos pedidos das audiências.

Porém, o cinema digital exige grandes investimentos nas salas de cinema, o que cria um paradoxo que é urgente resolver: são os distribuidores quem mais beneficia com a digitalização das salas de cinema, mas é nestas salas que se tem de investir em tecnologia digital.

Na consulta pública que lançou, a Comissão mostra-se preocupada em garantir que serão adoptadas as medidas necessárias para que a Europa possa beneficiar da “revolução digital”. A Comissão Europeia reconhece que é

Digitalização das salas de cinema exige vultuosos investimentos por parte do proprietário das salas, mas são os distribuidores quem mais beneficia com a tecnologia digital – como resolver este paradoxo?

absolutamente necessário investir em tecnologia digital nas salas de cinema, mas também sabe que os proprietários de muitas delas não estão em condições de o fazer. Prevendo que, a menos que se desenvolvam novos modelos de negócio e mecanismos de apoio público, um terço das salas de cinema europeias corra o risco de fechar como consequência da “revolução digital”, a Comissão espera que os resultados da consulta pública ajudem a definir modelos de apoio financeiro que possam ao mesmo tempo, preservar a diversidade do cinema europeu e acelerar a transição para o digital, evitando os custos da existência de um sistema dual (digital e de 35 mm).

PROTECÇÃO DE COPYRIGHT EM ESPANHA

Sites que facilitem *downloads* ilegais de certos conteúdos serão bloqueados

Índice

O Governo espanhol prepara-se para transpor para a legislação nacional a disposição da recém-aprovada “Revisão 2006” que permite a adopção de medidas drásticas contra os *downloads* ilegais, para proteger os direitos de propriedade intelectual das indústrias cinematográfica e de música.

De acordo com a nova proposta de lei, uma comissão administrativa integrada por especialistas independentes – denominada Comissão de Propriedade Intelectual – poderá bloquear os *sites* Web que facilitem as descargas “pirata” de músicas ou de conteúdos

cinematográficos ou que alojem estes conteúdos sem autorização. Os poderes detidos por esta comissão são até agora inéditos para um órgão administrativo embora naturalmente, qualquer decisão adoptada por esta comissão seja passível de recurso judicial.

A grande diferença face à lei francesa – a famosa Lei Hadopi – é a de que em Espanha a Comissão de Propriedade Intelectual pode ordenar o bloqueio dos *sites* infractores, mas não detém poderes para cortar o acesso à Internet por parte dos utilizadores que tiverem levado a cabo os *downloads* ilegais.

Esta Comissão dependerá funcionalmente do Ministério da Cultura e, para identificar os detentores dos *sites* que infringem os direitos de propriedade intelectual, pode solicitar aos operadores a informação necessária, ficando estes obrigados a fornecê-la. Os responsáveis pelos *sites* infractores terão o direito a ser ouvidos, mas não haverá intervenção prévia de um juiz. A Comissária Viviane Reding, apesar de já não deter o pelouro Sociedade de Informação, já se mostrou preocupada com o conteúdo da nova lei espanhola e, em Espanha, já há quem chame a este novo órgão “a polícia cultural”.

O 4º operador móvel francês

A Free (filial da Iliad), que havia sido a única candidata ao concurso para a atribuição da 4ª licença móvel UMTS lançado pela ARCEP no Outono passado, é o novo operador móvel francês, juntando-se assim à Orange (France Télécom), à SFR (Vivendi) e à Bouygues Télécom. A licença será formalmente atribuída em Janeiro e a Free propõe-se desenvolver a Internet móvel e suportar novos MVNOs na sua rede. Desde que a Bouygues obteve uma licença em 1996, que não entrava qualquer novo operador de rede móvel no mercado francês.

Acção popular na Alemanha

Começou o julgamento da maior acção popular instaurada na Alemanha, na qual 34.000 indivíduos pretendem revogar a lei que impõe que os operadores de telecomunicações armazenem, durante um ano, os dados relativos a todo o tipo de comunicações efectuadas. Apesar de esta lei decorrer da transposição de uma Directiva (a chamada "Directiva Retenção de Dados"), os autores da acção popular consideram que a mesma viola o seu direito à privacidade. A Ministra da Justiça encontra-se numa posição delicada, sendo em simultâneo autora e ré, já que foi signatária da acção quando a mesma foi interposta há 2 anos.

CuboVision

A Telecom Italia anunciou o lançamento de um aparelho multimédia e de banda larga (all-in-one), denominado "CuboVision", que fornece acesso à televisão digital terrestre, Web TV e pay-per-view, permitindo ainda o download de filmes e músicas da Internet, através do acesso a qualquer tipo de ligação de banda larga. A Telecom Itália acredita que este novo produto, que será comercializado a € 199, irá revolucionar o mercado tradicional da televisão. A TI espera vender entre 300.000 e 400.000 destes novos aparelhos em 2010.

Banda larga no Brasil

O Governo brasileiro anunciou um plano nacional para a banda larga nos termos do qual pretende que sejam investidos mais de 75 milhões de reais (dos quais quase 27 milhões serão financiados por fundos públicos) para garantir que nos próximos 5 anos o número de ligações em banda larga no Brasil passa dos actuais 10 milhões para 30 milhões.

A ORAC da Telefónica

A CMT aprovou uma oferta de referência às condutas da Telefónica, na qual, à semelhança do que ocorre na ORAC imposta à PTC em 2005, são estabelecidos preços de acesso, prazos de concessão de acesso e níveis de serviço. A medida destina-se a facilitar o desenvolvimento de redes de nova geração em fibra óptica no mercado espanhol. A Telefónica já anunciou que irá recorrer judicialmente da decisão da CMT.

Viviane Reding

Não deixa saudades no sector, mas também não o abandona completamente, já que, no novo Executivo Europeu, ficará responsável por todos os temas relacionados com a privacidade e, assim, com a transposição e aplicação não apenas da Directiva Retenção de Dados, mas também da Directiva ePrivacy, recentemente aprovada no contexto da Revisão 2006. E já anunciou que irá rever a Directiva Protecção de Dados, que data de 1995, por forma a adaptá-la ao novo mundo digital e à actual realidade das redes sociais e dos motores de busca.

Fusão móvel no Reino Unido

A France Télécom e a Deutsche Telekom pretendem fundir as suas filiais móveis do Reino Unido – a Orange UK e a T-Mobile UK – e querem que a operação de concentração seja apreciada pela Comissão Europeia e não pela autoridade da concorrência britânica. A fusão do 3º e do 4º maiores operadores móveis daria lugar ao maior operador móvel do Reino Unido, com uma quota de mercado de cerca de 36%.

O 1º serviço 4G

A TeliaSonera lançou o primeiro serviço móvel de 4ª geração, baseado na tecnologia LTE, o qual numa fase inicial será prestado apenas no centro de Estocolmo e de Oslo e permitirá o acesso a banda larga móvel com velocidades até 10 vezes superiores às permitidas pela tecnologia 3G. Dado que no mercado ainda não foram lançados quaisquer terminais 4G, o serviço 4G da TeliaSonera está disponível apenas através de placas para PCs. A rede 4G foi construída em Estocolmo pela Ericsson e em Oslo pela Huawei (o 3º maior fabricante de equipamento, desde que adquiriu a Alcatel-Lucent).